

Relatório de Participação no Fórum Lusófono – Maputo, Moçambique

Rodolfo da Silva Avelino

Dia 22 e 23 de setembro de 2025

A participação no 3º Fórum Lusófono de Governança da Internet, realizado em Moçambique, evidenciou um grande amadurecimento do evento, algo que ficou claro na fala de encerramento do Dr. Lourino Chemane. Ele fez uma analogia entre este momento e os ensinamentos de sua avó e etnia, segundo os quais é necessário plantar para colher no futuro, mas o ciclo deve ser contínuo — colher e plantar, sem jamais interromper o processo. A terceira edição simboliza exatamente isso: a primeira colheita ocorreu no Brasil, foi novamente plantada, a seguinte deu-se em Cabo Verde, e agora colhemos os frutos em Moçambique, preparando uma nova colheita em Angola, em 2025.

Minha participação proporcionou o fortalecimento das relações com organizações e entidades lusófonas, sobretudo aquelas que também participam de outros fóruns e reuniões de governança da Internet em que eu participo.

No primeiro dia, fomos recebidos com uma atividade cultural — uma apresentação de dança de comunidades tradicionais de Moçambique — seguida da cerimônia de abertura, com autoridades dos países lusófonos que participaram diretamente da organização desta edição. O dia foi estruturado em dois blocos temáticos.

O primeiro bloco tratou de Acesso, Inclusão e Diversidade na Lusofonia Digital. O Cetic.br participou do painel inicial, apresentando o cenário brasileiro de conectividade e a questão da literacia digital — tema recente para mim e que esteve presente em várias falas nos painéis seguintes. Os demais países apresentaram seus projetos e desafios relacionados à infraestrutura e conectividade.

O segundo painel do primeiro bloco, moderado pelo conselheiro Rafael Evangelista, discutiu o papel da língua portuguesa no espaço digital global, os obstáculos à sua integração nas tecnologias emergentes e as oportunidades de

expansão por meio da criação de conteúdos, ferramentas digitais e políticas linguísticas inovadoras. Foi um painel muito rico, em que os participantes concordaram que cada vertente da língua portuguesa deve ser respeitada no processo cultural, de inclusão e no desenvolvimento de ferramentas na Internet.

O segundo bloco do primeiro dia abordou temas sobre Inteligência Artificial e Desenvolvimento Sustentável na Lusofonia. O painel *Inteligência Artificial como Ferramenta para a Lusofonia*, mediado pela conselheira Bianca Kremer, contou com diversos painelistas, entre eles Diogo Cortiz e o conselheiro Marcelo Fornazin. Diogo trouxe reflexões sobre o ecossistema industrial da IA em nível global, enquanto Marcelo compartilhou, entre outras observações, os projetos que vem coordenando no Brasil.

Ainda no primeiro dia, ocorreu o lançamento do livro “Relatório de Status Regional da Rede de Políticas Internet & Jurisdição: Contextualização, Mapeamento e Abordagem de Políticas Digitais Transfronteiriças na África”, do CGI.br, apresentado por nossa coordenadora Renata Mielli e por Tatiana, da assessoria do CGI.br.

Para encerrar o primeiro dia, realizou-se um painel sobre a criação de um modelo de governança ético, participativo e multilateral para a IA no espaço lusófono, baseado em normas internacionais, respeito aos direitos humanos e cooperação entre os países-membros.

O segundo e último dia do fórum começou com um bloco dedicado às Infraestruturas Digitais Seguras e Confiáveis. Tive a oportunidade de participar do painel que discutiu Segurança Cibernética, Proteção de Dados e Crimes Cibernéticos: Boas Práticas e Cooperação entre os Países Lusófonos. Compartilhei as atividades do Cert.br e sua importância no cenário nacional, destacando sua referência na criação de CSIRTs, na produção de materiais de conscientização e na oferta de treinamentos em segurança cibernética. Apresentei também a estrutura de governança cibernética brasileira, abordando nossa Política e o Plano Nacional, além da criação da Câmara Nacional de Cibersegurança, na qual o CGI.br tem presença e conduziu a coordenação da

revisão da Estratégia Nacional de Cibersegurança, publicada neste ano. Comentei ainda sobre a existência de uma câmara consultiva dedicada à segurança e à proteção de dados.

Ainda pela manhã, ocorreu o painel Identidade Digital e Interoperabilidade como Catalisadores da Transformação Digital: Partilha de Boas Práticas e Possibilidades de Cooperação, com a participação da conselheira Luanna Roncaratti, que apresentou o trabalho exitoso do *gov.br*.

O quarto e último bloco tratou de temas sobre Economia Digital, Inovação e Governança Colaborativa. Os painéis finais abordaram Economia Digital e Inovação: Impulsionando o Desenvolvimento Econômico através das Tecnologias Digitais e Participação Multissetorial na Governança da Internet: Fortalecendo a Colaboração entre Governos, Sociedade Civil, Comunidade Técnica, Academia e Setor Privado.

No encerramento, por meio do porta-voz e reconhecido representante do Fórum Lusófono, Carlos Cecconi, foi lida a Carta de Maputo, documento que registra os compromissos da comunidade lusófona em torno das questões discutidas.

A Carta reflete os compromissos e aspirações comuns dos países de língua portuguesa em prol de uma Internet mais inclusiva, segura e culturalmente diversa. O documento reforça a importância do português no ecossistema digital global e propõe ações conjuntas para fortalecer a soberania tecnológica e a cooperação entre os países lusófonos. Entre seus principais pontos, destacam-se:

1. Valorização do multilinguismo e da diversidade cultural, com ênfase no papel do português como língua pluricêntrica.
2. Incentivo ao desenvolvimento de tecnologias digitais em língua portuguesa, incluindo aplicações de Inteligência Artificial.
3. Promoção da inclusão digital como instrumento de expressão cultural e fortalecimento das comunidades lusófonas.
4. Chamado à cooperação multissetorial entre governos, sociedade civil, academia e setor privado em temas como IA, cibersegurança e privacidade.

5. Reconhecimento da identidade digital como um direito, com proteção de dados e acesso equitativo a serviços digitais.
6. Fomento à literacia digital em português para ampliar a participação e reduzir desigualdades.
7. Apoio à capacitação técnica e institucional em governança da internet, segurança e proteção de dados.
8. Estímulo à cooperação entre fóruns, redes e programas de jovens no espaço lusófono para fortalecer a governança colaborativa.